



## Nova Lei de Licitações é sancionada por Bolsonaro com 26 vetos

**Normas anteriores e atuais conviverão por dois anos; aumento de pena substitui de imediato regra anterior para crimes licitatórios**



Fotos: Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos do País, que substitui a atual, em vigor desde 1993 (Lei 8.666), e as leis do Pregão e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

A Lei 14.133/21 foi publicada no dia 19 com 26 vetos, que agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em data a ser marcada.

Com 194 artigos, a lei institui nova modalidade de contratação (diálogo competitivo), aumenta

penas para crimes relacionados a licitações e contratos, e exige seguro-garantia para obras de grande porte. A garantia, que será de até 30% do valor da licitação, permite que as seguradoras assumam obras interrompidas.

Licitação poderá ser por pregão, concorrência, concurso, leilão ou diálogo competitivo

A lei também prevê novas regras para dispensa de licitação e aditivos contratuais, e aproveita pontos do RDC, como contratação por tarefa, contratação integrada e semi-integrada.

Outras inovações são a arbitragem para solução de controvérsias e o uso preferencial do Building Information Modelling (BIM) na licitação de obras. O BIM é um processo que integra, em meio virtual, todas as fases de uma obra, da concepção à manutenção do edifício.

A nova Lei de Licitações já está em vigor, mas a revogação das normas anteriores ocorrerá no prazo de dois anos. Nesse período, as regras novas e antigas vão conviver e a administração pública poderá optar por qual aplicar. A exceção é para a parte dos crimes licitatórios, que substituiu, de imediato, as regras anteriores.

O projeto que deu origem à Lei 14.133/21 é do Senado e foi analisado na Câmara dos Deputados em 2019. O relator foi o deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE).

### **Modalidades**

Das modalidades de licitação existentes, a lei mantém o pregão, a concorrência, o concurso e o leilão, e cria o diálogo competitivo. Este envolverá conversas entre os licitantes, sob orientação do gestor público licitante, para desenvolver uma solução capaz de atender às necessidades do órgão.

O diálogo competitivo será aplicado a situações complexas que envolvam uma solução

que não pode ser satisfeita sem a adaptação das alternativas disponíveis no mercado ou quando as especificações técnicas não podem ser definidas com precisão suficiente.

Outra inovação da lei é a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo governo federal, que vai centralizar todas de licitações públicas feitas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.

### **Vetos**

Entre os dispositivos vetados por Bolsonaro está o que previa que a empresa contratada por órgão público após licitação divulgasse em seu site o teor dos contratos assinados. O presidente alegou que a regra traria “um ônus financeiro adicional e desnecessário ao particular”. Ele lembrou que os documentos relativos às licitações serão disponibilizados pelo PNCP, uma das inovações da lei.

Bolsonaro também excluiu da lei o artigo que autorizava os estados, municípios e Distrito Federal a estabelecer exclusividade para produtos fabricados em seus territórios. Essa exclusividade é chamada de “margem de preferência”. Bolsonaro afirmou que a margem limitaria a concorrência na licitação.

Outro veto importante ocorreu sobre o dispositivo que determinava ao órgão público o depósito em conta dos recursos necessários antes do início da execução de cada etapa da obra. A razão dada para o veto foi de que a existência de verba não deve ser exigência para a ordem de início do contrato, mas apenas a previsão orçamentária, caracterizada pela nota de empenho.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Cláudia Lemos

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# Devido à pandemia, data limite para prova de vida do INSS é adiada para maio de 2021



Os aposentados e pensionistas que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e maio de 2021 não terão seus benefícios bloqueados - Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

Em decorrência da pandemia da covid-19, a data limite para a prova de vida foi adiada até o final de maio. Até lá, aposentados e pensionistas precisam cumprir a obrigatoriedade, do contrário, podem ficar com os benefícios suspensos a partir de junho deste ano.

“Em situações normais, a fé de vida é feita pelo segurado anualmente para comprovar que ele está vivo e garantir que o benefício continue sendo pago. Por isso, os aposentados e pensionistas que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e maio de 2021 não terão seus benefícios bloqueados, em razão da suspensão do Governo Federal”, diz João Varella, advogado especialista em Direito Previdenciário.

O calendário de retomada foi disponibilizado pelo INSS. O cronograma abrange as comprovações que têm vencimento entre março de 2020 e abril de 2021. O beneficiário que deveria realizar a prova de vida até março de 2020, deverá efetua-la até o final de maio deste ano. Já quem tem vencimento em março

e abril de 2021 deverá fazer até novembro.

Para facilitar a comprovação e evitar aglomerações na retomada, o Governo liberou, em fevereiro, a realização da prova de vida pelo celular, por meio do aplicativo MeuGovBR, que deve ser baixado no dispositivo. A plataforma receberá documentos com fotos e fará a leitura facial dos beneficiários em tempo real. As pendências e resultados estarão no site e no aplicativo Meu INSS.

“Apesar de prática, a prova digital foi liberada apenas para alguns beneficiários. Idosos acamados ou com dificuldade de locomoção também podem realizar o procedimento por procuração”, comenta Varella. A solicitação pode ser realizada pelo aplicativo ‘Meu INSS’ ou por telefone, pelo número 135.

## Cuidados com golpes

Com isolamento social e aumento da presença digital, os beneficiários ou segurados precisam reforçar a atenção aos golpes virtuais. Ligações e mensagens via aplicativos de mensagens e redes sociais devem ser ignoradas.

“O INSS utiliza os canais oficiais para contato e não realiza prova de vida por telefone. A orientação é que os aposentados procurem os canais oficiais e, caso recebam mensagens ou ligações suspeitas, não forneçam nenhuma informação pessoal”, explica o advogado João Varella.

**Edição: Vanessa Gonzaga**

Fonte: BdF Pernambuco

# Dataprev criou aplicativo de prova de vida para aposentados e pensionistas

**Obrigatoriedade do procedimento para aposentados e pensionistas foi suspensa no ano passado por cauda da pandemia da Covid-19 e recomeça em maio. Com App da Dataprev, prova de vida pode ser feita pelo celular**



A prova de vida, feita todos os anos por milhões de aposentados e pensionistas em todo o Brasil como forma de evitar fraudes contra a Previdência, voltará a ser obrigatória a partir de maio deste ano, em pleno agravamento da pandemia do novo coronavírus, mas os idosos não precisam se arriscar indo às agências bancárias.

A Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência) e o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresas públicas que cuidam dos dados dos brasileiros e da Tecnologia da Informação, criaram a Prova de Vida Digital, sistema que funciona pelo celular e evita o deslocamento dos aposentados e pensionistas até as agências.

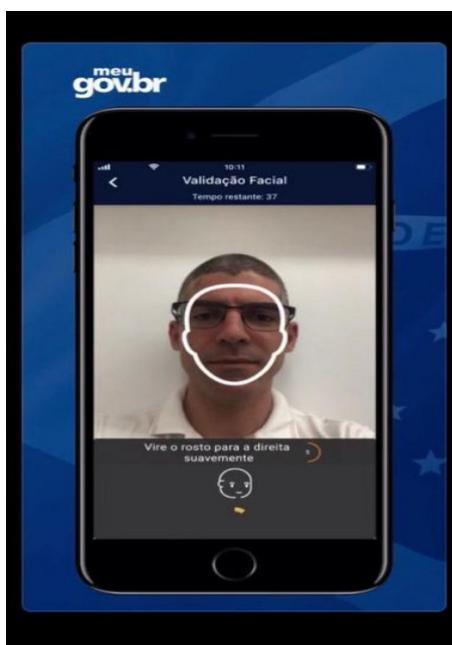
A prova de vida foi suspensa em março do ano passado para evitar que idosos – grupo de risco da Covid-19 – fossem às agências e ficassem expostos à infecção pelo novo coronavírus.

Deveria ter feito em	Deve fazer até
Março e abril de 2020	Maio de 2021
Maio e junho de 2020	Junho de 2021
Julho e agosto de 2020	Julho de 2021
Setembro e outubro de 2020	Agosto de 2021
Novembro e dezembro de 2020	Setembro de 2021
Janeiro e fevereiro de 2021	Outubro de 2021
Março e abril de 2021	Novembro de 2021

## Prova de vida

Os aposentados e pensionistas que não comparecem às agências bancárias ou utilizarem o App para fazer a prova de vida terão seus benefícios bloqueados pelo INSS.

O aplicativo vai facilitar o procedimento também para os segurados que não podem ir aos bancos em que recebem o benefício para apresentar um documento de identificação com foto. Os beneficiários que não podiam ir até as agências bancárias por doença ou dificuldade de locomoção, antes podiam fazer a comprovação de vida por meio de um procurador cadastrado no INSS, agora podem usar o celular. Aqueles que moram no exterior, também devem fazer anualmente a prova de vida.



Como utilizar o aplicativo criado pela Dataprev e Serpro

Para utilizar a ferramenta, o segurado deverá baixar e instalar o aplicativo no celular (Android ou iPhone). O sistema usa biometria facial dos beneficiários que possuem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Título de Eleitor registrado nas bases de dados do Denatran e Tribunal Superior Eleitoral.

### Como funciona a vida digital?

Os dados dos beneficiários com CNH e Título de Eleitor são armazenados pelo Serpro que, junto com a Dataprev, fazem um cruzamento de dados para atestar a 'vida digital' do cidadão.

De acordo com a Dataprev, o sistema sua tecnologia de ponta desenvolvida no Brasil pelas empresas públicas para facilitar a vida dos brasileiros e otimizar o uso dos recursos públicos.

A prova de vida on-line foi disponibilizada em agosto de 2020, mas na primeira fase apenas cerca de 500 mil usuários tiveram acesso. Atualmente, o serviço já está disponível para cerca de 5,5 milhões de pessoas e em expansão para alcançar a todos os segurados que possuam ou Título de Eleitor com dados biométricos ou Carteira de Habilitação.

### É seguro porque é público

Caso o governo federal prossiga com seus planos de privatização do Serpro e da Dataprev, a Prova de Vida digital também será feita pelas empresas compradoras. Especialistas temem que os dados como a imagem ou as informações sobre a vida laboral dos aposentados e pensionistas fiquem na mão de terceiros, colocando em risco a privacidade dos dados e o respeito à Lei Geral de Proteção de Dados.

Fonte: CUT Brasil

# Quem está morrendo na pandemia é a classe trabalhadora, diz Sérgio Nobre

**Em entrevista a Breno Altman, presidente da CUT falou sobre as mobilizações durante a pandemia e a necessidade de reformas estruturais no sindicalismo**



No programa 20Minutos Entrevistas desta sexta-feira (02/04), o jornalista Breno Altman entrevistou Sérgio Nobre, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre o movimento sindicalista no Brasil em tempos de pandemia.

Segundo ele, as principais bandeiras do movimento atualmente são a luta pela vacina e por um auxílio emergencial digno. “O nosso principal objetivo agora é a defesa da vida porque quem está morrendo na pandemia é a classe trabalhadora”, afirmou.

Outro fator que preocupa o movimento sindical é a destruição do sistema produtivo. Ele explicou que os pequenos fornecedores estão quebrando, o que, em consequência, afetará grandes empresas que dependem dos componentes que produzem. “Sem falar nos pequenos comércios que estão fechando porque não têm apoio financeiro. E apoio financeiro não é empréstimo, porque o dono do boteco não consegue pagar empréstimo”, exemplificou.

Diante desse cenário, o presidente da CUT lamentou não poder convocar grandes mobilizações por conta da pandemia. Neste momento, um dos principais instrumentos de luta dos sindicatos são as redes sociais, para divulgar informações e se aproximar da classe trabalhadora.

“O nosso principal desafio é melhorar a comunicação nas redes sociais. Principalmente pensando nas eleições de 2022. É muito

importante derrubar Bolsonaro e, pela característica dele, vai ser uma eleição de baixíssimo nível, de muita baixaria nas redes, então temos que estar muito ligados ao nosso povo. Não sou otimista a ponto de pensar que, antes do meio do ano que vem, vamos poder fazer manifestações em massa para derrubá-lo antes disso”, argumentou Nobre.

O trabalho da CUT, entretanto, não se limita ao universo online. A Central vem percorrendo os bairros para poder conversar com a população, “porque não podemos mais atuar só no local de trabalho, boa parte da categoria não está lá, trabalha de casa”. Sem aglomerações, a organização leva carros de som para perto dos edifícios e conversa com as pessoas pelas janelas, pelos portões das casas ou mesmo nas portas das estações de metrô.

“A saída para a situação que estamos vivendo tem que ser progressista, pela esquerda, e só o será se estiver sob nossa direção. Então precisamos fazer isso porque precisamos de legitimidade para dar essa direção quando surgir a oportunidade”, defendeu.

## **Desmonte do movimento sindical**

A luta, contudo, fica cada vez mais difícil de se fazer, não apenas por conta da pandemia, mas por conta de todo o desmonte que vem sendo promovido pelo governo federal, desde 2016, a fim de enfraquecer o movimento sindical, como explicou Sérgio Nobre.

“A gente sabe que a classe trabalhadora só avança em direitos durante democracias. Quando você tem um governo que aplica golpe, o primeiro alvo é o movimento sindical e popular: inviabilizaram o financiamento da estrutura sindical”, disse.

A principal forma de financiamento sindical era por meio do imposto sindical, algo a que a CUT sempre se opôs, como explicou o presidente, “por ser algo imposto. Os trabalhadores devem financiar o sindicato por acreditar no projeto”. Porém, em 2017, com a reforma trabalhista, ele deixou de ser obrigatório. Em 2019, Bolsonaro

proibiu o desconto em folha da contribuição sindical. E, em 2020, o Ministério do Trabalho proibiu órgãos federais de recolher o imposto.

“A direita acabou com o imposto sindical, que a gente não quer de volta, mas não colocou outra coisa no lugar. Então a gente perde toda a capacidade de financiamento”, reforçou Nobre. “Estamos desde 2016 trabalhando em capacidade total e sem poder nos financiar, porque o sindicato não é como uma empresa. Nas crises, as empresas fecham, mas o sindicato tem que ativar toda a sua estrutura. Mas não é porque tiraram nosso dinheiro que vamos deixar de cumprir nosso papel”, garantiu.

Além disso, o presidente da CUT citou outras mudanças que foram feitas com a reforma trabalhista que enfraqueceram a luta dos trabalhadores e removeram direitos. A possibilidade de negociação individual dos trabalhadores com os patrões, a autorização da terceirização da atividade fim de empresas e a introdução de contratações generalizadas por tempo parcial foram alguns dos exemplos.

Para Nobre, todos esses fatores fazem com que a população brasileira esteja vivendo “uma tragédia”, mas “há uma luz no fim do túnel”. Segundo ele, o retorno de Lula está animando a população, “parece que a gente tem condições reais de uma vitória, de que ganhe alguém lúcido, com condições de governar o país”.

### **PEC 196**

A nível institucional, a CUT luta por uma reforma estrutural dos sindicatos. Segundo Sérgio Nobre, o neoliberalismo, o mercado globalizado e as inovações tecnológicas fazem com que o modelo sindical criado em 1983 não dê mais conta de responder às transformações do mundo do trabalho.

Por isso, as seis principais centrais dos trabalhadores do país, junto com sindicatos do setor empresarial, estão construindo o Projeto de Emenda Constitucional 196, para introduzir um novo modelo sindical. Nobre detalhou os elementos fundamentais da reforma.

O primeiro deles é a introdução da liberdade sindical. Atualmente no Brasil, existe a unicidade sindical. Isto é, não se permite a existência de mais de um sindicato de uma mesma categoria na mesma base territorial. A norma foi criada para evitar a pulverização sindical, que enfraqueceria a luta.

“Parece contraproducente, mas a gente introduz essa medida apontando para a

criação de sindicatos mais amplos e impedindo a criação de sindicatos por local de trabalho, justamente para evitar a criação de muitos pequenos sindicatos”, explicou o presidente da CUT.

Ele se posicionou contra a unicidade por ser algo imposto e não ser uma medida que efetivamente previne a fragmentação sindical: “Hoje temos 12.500 sindicatos e o maior problema é a baixa representatividade. Os sindicatos têm um alto custo, não tem efetividade, nem liderança”, argumentou.

Por isso, a PEC 196 também visa conferir mais representatividade para os sindicatos, de forma que as pessoas queiram financiá-lo, “porque luta e traz conquistas”. E, segundo Nobre, é mais fácil fortalecer sindicatos quando são menos e mais amplos, sem competir entre si. Nesse sentido, ele afirmou que a liberdade sindical reduziria o número de sindicatos.

A PEC também promove a autorregulação do sistema: “Não existe nenhum país no mundo onde o Estado interfira tanto no movimento sindical, interferem nas greves e como realizá-las. Isso é um absurdo. Propomos a criação de uma câmara, composta pelas principais centrais de maneira proporcional, que regule o funcionamento do sistema, regrido a criação de sindicatos, seus registros, como agir em períodos eleitorais, sem o Estado”, explicou Nobre.

Neste caso, o Estado seria considerado um empregador como outro qualquer. Fora isso, teria a função de mediador quando de interesse das partes em momentos de conflito.

O financiamento dos sindicatos nesse novo modelo é o único ponto ainda em discussão, segundo Nobre.

“Nos agrada a ideia da mensalidade e de uma contribuição de não associados que se beneficiam da atuação sindical. Ou seja, quando o sindicato traga uma conquista para o conjunto da categoria, independentemente de o trabalhador ser sócio, os que se beneficiam dela devem fazer uma contribuição. É o que chamamos de taxa negocial”, contou.

**Fonte: CUT - Camila Alvarenga-Opera Mundi**

# Projeto obriga empresas a contratar pessoal próprio para funções de segurança e vigilância

**Objetivo é ter profissionais alinhados com as políticas das organizações**



O Projeto de Lei 5492/20 obriga empresas públicas e privadas a contratarem quadro próprio de funcionários para atuar em serviços de segurança e vigilância. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta prevê que as empresas poderão dar preferência nas contratações aos profissionais que já prestam esses serviços por meio de contratos de terceirização, desde que passem por treinamento para que se adequem às políticas adotadas pela empresa.

Autor do projeto, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) entende que terceirizar serviços nem sempre é o melhor para a sociedade. “O cenário ideal é que todas as empresas tenham os profissionais em seus quadros para que

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

prestem um serviço conforme suas respectivas políticas internas”, diz o deputado.

Ele acrescenta ainda que, em casos de abusos ou problemas com clientes ou outros funcionários, a empresa que é responsável pelo próprio funcionário de segurança ou vigilância poderá ser diretamente responsabilizada por culpa ou dolo, evitando a transferência de culpa a empresas terceirizadas.

“Sabemos ainda que as empresas terceirizadas vêm tendo uma política de diminuição de direitos e de enxugar os salários destes profissionais, o que acaba causando uma sobrecarga de trabalho”, conclui.

## **Tramitação**

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

**Reportagem – Murilo Souza**

**Edição – Cláudia Lemos**

Fonte: Agência Câmara de Notícias

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF